

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

É com grata satisfação que compareço a esta Assembléia Legislativa, na solenidade de abertura dos seus trabalhos em 2006, para apresentar à sociedade baiana, através da sua mais legítima representação, a prestação de contas das atribuições que me foram conferidas pela livre vontade do povo baiano, manifestada nas urnas.

Nesses três anos, nos lançamos, sem arrefecer um só instante, num esforço obstinado para inserir a Bahia num novo patamar histórico de desenvolvimento. Essa jornada foi balizada, sempre, pelo propósito de promover o desenvolvimento humano, mediante a conjugação do crescimento econômico com a justiça social. Para nós, não se trata, tão somente, de buscar o crescimento, mas também a qualificação desse crescimento. Crescer com qualidade é a "regra de ouro" desse Governo.

As ações empreendidas pelo Governo, em 2005, adotaram como referências o Plano Plurianual 2004-2007, aprovado por esta Casa, que estabeleceu as diretrizes para este quadriênio com base no roteiro governamental de longo prazo, o Plano Estratégico Bahia 2020, bem como alinhou-se com a cooperação global através das metas do milênio.

Considerando esses parâmetros, as nossas decisões, em 2005, combinaram a austeridade exigida pela realidade estadual e a ousadia necessária para enfrentar os enormes desafios que se colocam diante de nós.

Assim sendo, o relato das nossas realizações evidenciará o êxito da ação governamental, representado pelas metas alcançadas e, em muitos casos, até superadas, sem omitir, entretanto, o muito que ainda precisamos fazer, a fim de concretizar plenamente a nossa aspiração maior, qual seja, construir uma Bahia socialmente justa, economicamente diversificada, espacialmente integrada e ambientalmente limpa. Para tanto, lançamos mão de políticas de desenvolvimento amplas e integradas, priorizando a inclusão social e o crescimento econômico.

Os resultados positivos dessa estratégia já se mostram claramente. Os indicadores econômicos e sociais e o panorama das transformações verificadas nesse triênio atestam que a Bahia desponta, hoje, no cenário nacional como economia em expansão, que vem incorporando progressivamente expressivas camadas de sua população à dinâmica produtiva.

Isto equivale a dizer que, ao tempo em que se registram saltos econômicos importantes, para um grande número de baianos amplia-se também a oportunidade de acesso a bens e serviços, com melhoria significativa do seu padrão de vida. Àquelas camadas mais fragilizadas da população, temos acorrido com programas específicos de geração de renda e ações assistenciais, de forma a inibir a agudização das carências.

Este é o modelo de desenvolvimento que adotamos para a Bahia e que nos orienta na direção de finalidades precisas: tornar cada vez mais pujante a nossa economia e universalizar a qualidade de vida, construindo uma sociedade justa e solidária, que assegure bem-estar a todos os cidadãos.

O excepcional desempenho da economia baiana, em 2005, é motivo de justo orgulho para todos os baianos e para o Governo, que não tem pougado esforços para elevar o Estado à posição destacada que lhe permitem as suas vocações e potencialidades.

Estima-se, em 2005, um crescimento em torno de 5% do Produto Interno Bruto do Estado, desempenho que representa o dobro da média nacional, segundo as previsões da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Pelo terceiro ano consecutivo,

o crescimento da economia baiana supera por larga margem a do país. A Bahia consolida sua posição de sexta maior economia do país, com o PIB que ultrapassa a marca dos R\$ 90 bilhões.

Esse expressivo desempenho ressalta o acerto das políticas de atração de investimentos, que nos últimos anos trouxeram novos arranjos industriais, a exemplo do pólo de papel e celulose, da agroindústria, do pólo de informática, da indústria calçadista, distribuída por várias regiões, dos desdobramentos da matriz petroquímica, além do mais importante, pela elevada geração de valor agregado, o complexo automobilístico de Camaçari.

Esses novos segmentos vêm contribuindo não só para o crescimento da economia, como também para o adensamento da matriz produtiva e para a diversificação do parque industrial do Estado.

A produção física da indústria baiana, em 2005, cresceu 5,3%, impulsionada pelo desenvolvimento favorável da indústria automobilística, que ampliou sua produção em 33%, borracha e plástico (8,6%), alimentos e bebidas em 8,1% e dos segmentos refino de petróleo (4,2%).

Com isso, a participação da indústria de transformação no PIB baiano situa-se, aproximadamente, em 35%, correspondendo a um volume superior a R\$ 31,5 bilhões.

Registrarmos, com grata satisfação, que a agropecuária baiana estabeleceu mais um recorde da produção em 2005, apresentando uma taxa de expansão de 6%, devida, principalmente, ao aumento na produção de grãos.

Além da indústria e da agropecuária, também o setor de serviços expandiu-se em 4,2% no ano de 2005, em razão, principalmente, do desenvolvimento das atividades relacionadas ao comércio.

O ano de 2005 representou um marco histórico para as exportações baianas. O volume exportado alcançou US\$ 6 bilhões, uma expansão de 47,4% em relação a 2004. Também aí logramos um crescimento acima do nacional, que se situou em 22,6%. Estamos assistindo a crescente internacionalização da nossa economia.

Cabe ainda enfatizar a expansão das vendas externas de derivados de petróleo (150,2%), metalúrgicos (50,3%), automobilísticos (36,1%) e produtos químicos e petroquímicos (21,8%). O desempenho das exportações de derivados de petróleo alçou o segmento ao primeiro lugar no *ranking* de exportações baianas, deslocando o ramo automotivo para o terceiro.

No comércio interno, o segmento varejista cresceu 7,3%, refletindo a expansão do crédito ao consumidor e o aumento do emprego, um dos destaques da economia baiana em 2005.

Senhores Deputados,

Confirmando as nossas expectativas, o desempenho positivo dos principais setores da economia baiana repercutiu favoravelmente na geração de empregos, colocando o Estado como o 5º maior gerador de empregos com carteira assinada do país. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego, registrou a criação de 63.952 novas vagas com carteira assinada na Bahia, em 2005, sendo 36.059 na Região Metropolitana de Salvador e 27.893 no interior do Estado.

O levantamento regional indica que, dos 197.014 empregos gerados no Nordeste, em 2005, a Bahia participou com 32,5%. O Estado assumiu, assim, a liderança na geração de empregos formais na região, seguido de Pernambuco, que criou 40.230 vagas, e do Ceará, com 30.875 vagas – menos da metade do registrado na Bahia.

Um diferencial notável é que enquanto o incremento no saldo de empregos formais no Brasil entre 2004/2005 caiu 17,7%, na Bahia cresceu 21,3%.

Essas estatísticas vêm, mais uma vez, atestar o acerto da política de atração de investimentos do Governo, que ensejou uma significativa expansão na criação de vagas no interior do Estado, a partir da maturação dos empreendimentos que ali se instalaram. Evidenciam, igualmente, o equilíbrio que vem caracterizando o nosso desenvolvimento, seja do ponto de vista espacial ou setorial. Desconcentração é a outra característica do nosso crescimento econômico.

Na análise setorial, destaca-se o expressivo crescimento dos empregos de 18,6% na construção civil, que criou 9.507 empregos formais, ou 14,9% do total. Já o setor de serviços apresentou uma participação relativa de 43,8%, com a criação de 28.003 empregos, enquanto a indústria de transformação gerou 10.810 novos postos, o equivalente a 16,9% do total.

Não posso deixar de registrar aqui, mais uma vez, o papel desempenhado pela boa gestão das contas públicas no cenário de crescimento baiano.

Em 2005, mantivemos o equilíbrio fiscal e cumprimos todos os limites estabelecidos pelo Senado e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo, de igual modo, às metas do Programa de Ajuste Fiscal, mas ainda assim o Estado investiu R\$ 2,5 bilhões entre recursos próprios e de outras fontes.

O resultado primário foi de R\$ 896 milhões, a relação entre a despesa de pessoal e a receita corrente líquida correspondeu a 48,7% e a dívida consolidada líquida do Estado equivale hoje a 1,17 vez a receita corrente líquida, mantendo-se bem abaixo do limite de duas vezes, estabelecido pelo Senado Federal. Quero registrar, aqui, que em 2002 essa relação era de 1,82 vez.

Longe de nos acomodarmos às conquistas acumuladas nesse campo, continuamos otimizando a qualidade do gasto, sempre em observância aos princípios da transparência, seriedade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

O desempenho das finanças públicas tem conferido a credibilidade dos organismos financeiros internacionais. Em 2005, foram negociados financiamentos externos para projetos no valor de US\$ 594 milhões, garantindo recursos para as áreas rural e urbana.

Com o Banco Mundial, foi assinado o contrato da terceira etapa do Produzir, e estão prestes a serem assinados o Viver Melhor II e a segunda fase do Pró-Gavião, denominada Prodecar. Em fase final de negociação, está o financiamento do projeto de recuperação de estradas baianas, que será executado através do Programa Integrado de Restauração e Manutenção

de Rodovias – Premar com investimentos de US\$ 200 milhões. Com o BID/BNB foram contratados US\$ 24 milhões e negociados outros US\$ 15 milhões para a segunda fase do Prodetur. A carteira de financiamento externo da Bahia soma, atualmente, 1,3 bilhão de dólares, dos quais já foram aplicados US\$ 689 milhões, sendo US\$ 100,2 milhões em 2005.

No âmbito interno, os financiamentos atingem a cifra de R\$ 741 milhões, dos quais R\$ 240,1 milhões já foram aplicados em projetos de desenvolvimento urbano, habitação e saneamento básico, sendo R\$ 122,4 milhões em 2005.

Senhores Deputados,

Em que pese o alcance limitado das políticas e investimentos públicos, em 2005 continuamos firmemente empenhados em administrar as dificuldades sem comprometer os gastos sociais, orientando a alocação de recursos para a implementação de medidas capazes de maximizar a inclusão social e universalizar os benefícios do crescimento econômico.

É de se notar que, entre 2002 e 2004, quando pusemos em prática um amplo e diversificado elenco de programas de inclusão socioeconômica, verificou-se uma melhoria no nível de renda das famílias baianas. A mais recente Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – Pnad, do IBGE indica que, na Bahia, o percentual de famílias sem rendimento algum, por exemplo, caiu de 4,1% para 3,9%. Além disso, diminuiu de 27,1% para 24,4% o segmento de famílias com rendimentos mensais de até um salário mínimo.

Por outro lado, cresceu de 26,6% para 29,1% a proporção de famílias baianas com rendimento de mais de um e até dois salários mínimos mensais, ampliando-se ainda, de 27,6% para 28,9%, o universo daquelas que obtêm entre dois e cinco salários mínimos de renda.

Também o Índice de Gini, instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda, atestou que em 2004 a Bahia era o Estado nordestino que apresentava o melhor perfil distributivo de renda (0,536), situando-se em melhor posição que as médias nordestina (0,569) e nacional (0,559).

Findo o exercício, podemos afirmar que o nosso desempenho se deu sem prejuízo ou adiamento da agenda social, notadamente nas áreas de educação, saúde e segurança pública. A cobertura dos serviços sociais básicos foi ampliada e pudemos atender melhor àquelas camadas mais fragilizadas, através de ações de caráter assistencial e emergencial.

Prosseguimos com as ações de combate ao analfabetismo que, conforme revelam as estatísticas, vem se reduzindo em nosso Estado. A mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad, do IBGE, revela que a taxa de analfabetismo caiu de 7,6 % para 6,3%, entre 2002 e 2004, na faixa etária de 10 a 14 anos.

Quanto à universalização do ensino básico, encontramo-nos muito próximos do pleno atendimento. O sistema educacional abriga, atualmente, 98,3% das crianças e jovens na faixa etária de 7 a 14 anos e 92,3% na faixa etária de 15 a 17 anos.

Ao longo do triênio, 2003-2005, empenhamo-nos, decididamente, no enfrentamento de entraves históricos ao processo de escolarização. Os resultados positivos já começam a aparecer e, dentre estes, menciono, pela sua importância, a evolução da taxa de distorção idade-série na rede pública estadual, que passou de 68,6%, em 2002, para 57,2% em 2004.

O acúmulo de investimentos e ações na saúde, ao longo dos últimos três anos, já repercute nas condições de sobrevivência e saúde da população, como demonstram as estatísticas oficiais.

Uma das variáveis sociais mais importantes na composição do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH das Nações Unidas, a mortalidade infantil, na Bahia, vem apresentando uma tendência de redução. Conforme o Sistema de Informação da Atenção Básica – Siab, do Ministério da Saúde, a taxa decresceu de 36,4 mortos por 1.000 nascidos vivos em 2002 para 31,2 em 2005.

Embora não seja causa exclusiva, as condições de saúde da população baiana influenciam outra estatística, a que mede a expectativa de vida. Conforme a mais recente Pnad, do IBGE, a esperança de vida do povo baiano, ao nascer, evoluiu de 59,7 anos, em 1980, para 71,2

anos em 2004. Trata-se da mais alta expectativa das regiões Norte e Nordeste, e bastante próxima da média nacional (71,7 anos).

Senhores Deputados,

Para alcançar esses resultados, valemo-nos das políticas públicas, sintetizadas aqui no conjunto de ações que desenvolvemos ao longo de 2005.

No nosso Governo, atribuímos prioridade absoluta à educação. A nossa visão de futuro parte da constatação de que a educação está no âmago das transformações desse novo milênio: é imperativo econômico da sociedade do conhecimento e alicerce para as políticas de redução das desigualdades, constituindo-se, ainda, num importante referencial do grau de democracia e justiça de uma sociedade.

Na Bahia, a educação é, cada vez mais, objeto da aspiração dos jovens e de suas famílias, que associam a oportunidade de mobilidade social ao acesso educacional. Por todas essas razões, o setor educacional respondeu pela aplicação de 30% de nossa receita corrente líquida e pelo maior volume de aplicações do Governo do Estado em 2005. Aplicamos R\$ 2,8 bilhões em ações que tiveram dois objetivos principais: a universalização do acesso e a qualidade da oferta educacional.

Em 2005, mais de 1,5 milhão de alunos foram matriculados na rede pública estadual, abrangendo, também, segmentos como os residentes na zona rural, os portadores de necessidades especiais e os indígenas.

A qualidade da educação na rede pública tem sido objeto de reflexão permanente, resultando em iniciativas destinadas a atualizar e potencializar o ensino. Em 2005, dentre outras ações, investimos na qualificação de mais de 20 mil profissionais da educação básica e demos continuidade a programas e projetos pedagógicos inovadores, que enriquecem o currículo e envolvem toda a comunidade escolar na construção de novos conteúdos e estratégias de ensino-aprendizagem.

Com vistas a atender ao crescimento da demanda, principalmente do ensino médio, que no período 2003/2005 evoluiu a um ritmo de 7,5% ao ano, investimos em obras de construção, ampliação e recuperação de 143 escolas, abrangendo 1.514 salas de aula e 55 quadras poliesportivas. Foi concluída a construção de 13 novas escolas de nível médio e outras 27 estão em construção, representando um investimento da ordem de R\$ 16,1 milhões em 2005.

Destacamos a construção das escolas-metodologia Luis Eduardo Magalhães nos municípios de Itamaraju e Gandu, esta já concluída, além de uma grande escola do ensino médio em Periperi, em Salvador, que agregará 2.880 novas vagas à rede pública estadual.

O programa de expansão e melhoria do ensino médio já se faz presente atualmente em 409 sedes municipais, das quais 11 foram agregadas em 2005. A oferta desse nível de ensino se estende a 246 distritos, dos quais 169 passaram a ser contemplados em 2005, em 51 deles através do Ensino Sem Fronteiras, utilizando a educação à distância.

Quero ressaltar aqui o empenho do Governo para assegurar o acesso de estudantes egressos do ensino médio da rede pública ao ensino superior. Em 2005, o programa Universidade para Todos implementou 369 novas classes, preparando 17,6 mil jovens para o exame vestibular. Já o programa Faz Universitário assegurou a 914 alunos a oportunidade de freqüentar cursos em faculdades particulares, mediante a concessão de bolsas, viabilizadas com recursos do Estado e de empresas conscientes da sua responsabilidade social.

As quatro universidades estaduais realizaram mais de 42 mil matrículas em 2005, nas unidades distribuídas por todas as regiões, e implantaram 25 novos cursos de graduação. Na Ueb, visando a inclusão social de segmentos historicamente excluídos, foi disponibilizada uma cota de 40%, correspondente a 2.220 vagas, para afro-descendentes egressos da escola pública. As despesas com as universidades estaduais alcançaram, em 2005, o expressivo valor de R\$ 358 milhões.

Na área de saúde, de importância fundamental para as metas de desenvolvimento humano, buscamos igualmente expandir quantitativa e qualitativamente a cobertura dos serviços básicos, assim como os procedimentos de média e alta complexidade. Alcançou o montante

de R\$ 1,8 bilhão a aplicação do Governo estadual em ações e serviços públicos de saúde no ano de 2005.

A despeito de todas as dificuldades, investimos R\$ 52,9 milhões em 141 obras de expansão e melhoria da rede física de saúde. É motivo de grande orgulho estarmos construindo, na atual gestão, o maior hospital da rede pública estadual do interior da Bahia, o Hospital do Oeste, em Barreiras, com 164 leitos, que ficará pronto neste primeiro semestre de 2006 e atenderá, além dos 130 mil habitantes de Barreiras, os 36 municípios da região.

Outra obra importante que avançou, em 2005, foi a construção da Maternidade de Referência de Salvador. Com metade das obras concluídas, a maternidade contará com 180 leitos obstétricos, elevando para 636 a oferta na capital. Também investimos na ampliação do Hospital Ana Nery, que passará a contar com 25 novos leitos de UTI e uma capacidade total de 182 leitos. Cabe citar, ainda, a construção de 85 unidades do Programa Saúde da Família em 48 municípios.

No interior, além de intervenções em pequenos hospitais, devem ser destacadas a reconstrução e ampliação dos hospitais regionais de Alagoinhas, Juazeiro e Irecê, todas em andamento.

O programa Saúde da Família já está implantado em 371 municípios baianos, dos quais 94 somente em 2005. Para fins de comparação, em 2002 apenas 188 municípios haviam adotado essa estratégia de organização da atenção básica à saúde, o que aponta para um crescimento de 97%. Atualmente o programa Saúde da Família atende 48,5% da população baiana, operando com 1.893 equipes das quais 620 implantadas em 2005, representando um incremento de 70,4% em relação a 2003. O Estado implantou um sistema de certificação das equipes do Programa de Saúde da Família que permitiu os possíveis subsídios aos municípios.

Outro programa, Agentes Comunitários de Saúde, que já se encontra implantado em todos os 417 municípios do Estado, conta com 23.335 agentes em ação, o maior contingente do país.

No triênio 2003/2005, ampliamos em 122 o número de leitos de UTI na rede estadual, passando a viabilizar uma média de mais de nove mil internações/ano. Também implantamos o serviço de traumato-ortopedia em dois hospitais, o Hospital Manoel Vitorino e o Hospital

Geral Roberto Santos. Este último, além do novo setor de emergência, passou a contar com o serviço especializado de nefrologia pediátrica, o quinto criado no país.

Objetivando ampliar o grupo ocupacional de saúde, realizamos em 2005 um concurso público para o preenchimento de 2.507 vagas. O quadro de pessoal também passou por reformulações, com a criação da carreira de regulador da assistência em saúde e a reestruturação do cargo de sanitarista.

No campo da saúde preventiva, administraramos no ano passado 10,3 milhões de doses de vacina, abrangendo períodos de campanha e rotina. Na campanha de vacinação contra a gripe, atingimos a cobertura de 83% em maiores de 60 anos, enquanto na de poliomielite a cobertura chegou a 98% na segunda etapa.

Fator determinante das condições de vida e saúde da população, o saneamento básico na Bahia foi beneficiado, em 2005, com mais de R\$ 244 milhões. Dentre outros resultados, 92 mil domicílios foram incorporados à rede de abastecimento de água da Embasa e mais 87 mil domicílios passaram a dispor de sistemas de coleta e destinação final de esgoto.

Com recursos próprios, o Governo deu continuidade às ações do programa Bahia Azul, ampliando os níveis de atendimento dos serviços de esgoto, em Salvador, para 67%, com a realização de mais de 40 mil ligações intradomiciliares em 2005, quando inauguramos a obra de ampliação da Estação de Condicionamento Prévio do Parque Lucaia, que beneficiará aproximadamente 2,7 milhões de habitantes.

No interior do Estado, entre as obras concluídas e em andamento, foram implantados ou ampliados 99 sistemas convencionais de abastecimento de água em 297 localidades e 85 sedes municipais, para atender mais de seis milhões de habitantes. Entre as 35 obras concluídas, estão o sistema integrado de abastecimento de Ponto Novo–Filadélfia–Caldeirão Grande e o sistema de Serrolândia–Cachoeira Grande. Dentre as principais obras em andamento, merecem menção os sistemas integrados de abastecimento de Feira de Santana e do Litoral Norte–Camaçari e a terceira Etapa da adutora do feijão. No início de 2006, mesmo antes da conclusão da barragem de Cristalândia, resolveu-se o histórico problema de abastecimento de água da cidade de Brumado.

Mensagem do Governador

Quanto aos sistemas não convencionais de abastecimento de água, foram concluídas obras em 257 municípios, e estão em andamento outras em 93 municípios, abrangendo a construção de mais de 12 mil cisternas, a implantação de 633 sistemas simplificados de abastecimento de água, a perfuração de 549 poços e a construção de 138 pequenas barragens.

Uma das mais importantes realizações da atual gestão, a barragem de Pindobaçu foi inaugurada em julho de 2005 e abastecerá 130 mil habitantes das sedes municipais de Pindobaçu, Saúde, Caém e Jacobina, possibilitando ainda a irrigação de 1.200 hectares. Atualmente o Governo executa obras nas barragens de Bandeira de Melo, Cristalândia, devendo iniciar, em 2006, as obras de Riacho de Santana e Lagoa da Torta.

O interior do Estado também foi contemplado com a implantação e ampliação de 38 sistemas de esgotamento sanitário, para atendimento a seis milhões de pessoas residentes em 41 localidades e 26 sedes municipais. As principais obras são a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Feira de Santana, para complementação da bacia Subaé, e a execução de ligações intradomiciliares em Santo Amaro, Candeias, Simões Filho e Cachoeira/São Félix.

Em Salvador, estão sendo executados os serviços de adensamento e ligações nas bacias do Alto e Médio Camurugipe, Campinas, Comércio, Alto e Baixo Pituaçu, Itapoã, Barra, Lucaia e Pituba.

Quero destacar, também, outra importante ação que provocará mudanças nas condições básicas de saneamento: o benefício da tarifa social de água que proporcionará às famílias, com renda de até um salário mínimo, uma redução da tarifa mínima de R\$ 8,30, pelos primeiros 10m³ de água consumida, para R\$ 5,20. A tarifa será praticada a partir do primeiro trimestre de 2006, ficando congelada até 2007, sem repasse aos demais consumidores.

Senhores Deputados,

Outra política importante para a qualidade de vida, a habitação aparece no balanço de 2005 com destinações da ordem de R\$ 43,2 milhões, aplicadas na construção de 11.894 novas

habitações e na melhoria de 26 mil habitações existentes. O investimento está melhorando as condições de moradia de mais de 53 mil famílias.

Gostaria de ressaltar a magnitude e a importância deste Programa Social de Habitação que estamos realizando. Destinado a famílias com renda familiar inferior a um salário mínimo, sem acessos a financiamentos, o Estado viabilizou os programas assumindo a parte dos mutuários que, assim, recebem gratuitamente as suas habitações. Desde o início do nosso Governo, aproximadamente 78 mil habitações foram concluídas ou estão em andamento, sendo 36 mil novas moradias e 42 mil melhorias habitacionais.

Dentre as obras realizadas em comunidades urbanas, através do Viver Melhor II, destacamos 13 projetos em Salvador, entre os quais as intervenções nas comunidades de Recanto Feliz e Paraíso Azul, no bairro do Costa Azul, e as obras do projeto Ribeira Azul, em Alagados. No interior do Estado, o Programa Viver Melhor está atuando em cerca de 25 cidades.

Em dezembro de 2005, o Bird aprovou o contrato de empréstimo no valor de US\$ 82,2 milhões para a primeira etapa do Programa Viver Melhor II, que terá 40% de recursos estaduais. Nesta primeira fase, além da macro-área Ribeira Azul–Cobre, serão beneficiadas a macro-área Pituaçu–Barra–Boca do Rio, em Salvador, o bairro do Malhado, em Ilhéus, além de mais sete municípios do Estado.

Nas comunidades rurais foram construídas 2.692 novas moradias, além de melhorias em 36 mil habitações, através dos programas Viver Melhor Rural, Produzir, Pró-Gavião, Doença de Chagas, Família Produtiva, Kit Moradia e Alvorada, considerando as obras concluídas e em andamento.

Em Salvador, foram aplicados R\$ 32 milhões em obras de infra-estrutura urbana, dos quais R\$ 12 milhões destinados às obras do metrô e vias estruturantes, além de investimentos na infra-estrutura urbana de Vila Valéria e Fazenda Grande e numa nova avenida, a Assis Valente, que liga os bairros de Fazenda Grande e Cajazeiras, integrando áreas importantes da cidade, com perspectiva de criação de novos núcleos habitacionais.

No interior do Estado, em parceria com os governos municipais, foram aplicadas R\$ 18,2 milhões em melhorias urbanas, envolvendo pavimentação, drenagem, requalificação urbana e construção, ampliação e recuperação de centros de abastecimento, praças, passarelas e pontes, dentre outras.

Senhores Deputados,

A segurança pública, como assunto de primeira ordem da pauta governamental, mobilizou permanentemente as nossas atenções em 2005. O desafio de ampliar o sentimento de segurança na população baiana levou-nos a aplicar R\$ 1,3 bilhão em ações diversas e empreender articulações em nível internacional, com vistas a encontrar soluções avançadas, de ordem técnica e operacional, para o enfrentamento eficaz da violência.

Em 2005, os investimentos priorizaram a modernização do aparato policial, as obras físicas e a capacitação de agentes, além de medidas de reformulação e programas sociais integrados, envolvendo as diversas políticas públicas.

Promovemos a expansão e melhoria de 28 unidades do sistema de segurança pública em diversas regiões do Estado, cabendo destacar aqui a construção da unidade de divisa de Formosa do Rio Preto e as delegacias de Riachão do Jacuípe e Ribeira do Pombal.

Inauguramos o Laboratório Regional de DNA Forense, que atenderá também aos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Com padrão internacional, a unidade está capacitada a identificar com precisão vítimas e suspeitos, em casos de homicídios e crimes sexuais.

A frota de veículos incorporou mais 732 unidades, possibilitando assim agilizar a atuação dos agentes da segurança pública em todas as regiões do Estado. Quero lembrar que a ampliação da frota, desde o início do meu Governo, mobilizou recursos da ordem de R\$ 87,5 milhões, dos quais R\$ 32,3 milhões em 2005.

Duas companhias independentes foram criadas em 2005: a Companhia Independente Especializada de Polícia Industrial, com sede em Simões Filho e a Companhia de Ações Especiais da Região Cacaueira, em Ilhéus.

O quadro de pessoal da segurança pública incorporou 1.606 novos profissionais, das polícias Militar, Civil e Técnica, contratados mediante concurso público.

Quero antecipar aqui que, como resultado do esforço empreendido nos últimos anos, algumas estatísticas já indicam sinais de reversão. Assim, na Bahia, os delitos contra o patrimônio diminuíram entre 2004 e 2005. Por exemplo, o roubo a banco diminuiu 38,9%, o roubo de carga 21,5%, os roubos e furtos de veículos decresceram 16,2% e o roubo a ônibus 16,1%. Já as ocorrências contra a pessoa ainda apresentaram crescimento, a exemplo do homicídio doloso, com um incremento de 4,2% em relação a 2004. Visando reverter esse indicador, continuaremos a investir em políticas públicas diversas e em ações específicas de segurança pública, a exemplo da criação de novas estruturas, da ampliação dos equipamentos e recursos tecnológicos de última geração, além da ampliação e qualificação do quadro de servidores.

Em setembro, assinamos contrato com o Banco Expansion, da Espanha, no valor de US\$ 70 milhões, que serão aplicados na aquisição de equipamentos e na modernização das polícias. Cerca de US\$ 8 milhões, desse total, serão aplicados na implantação do Sistema de Gestão de Informações Policiais, que já vem sendo utilizado pelo Corpo Nacional de Polícia da Espanha e em outros países da União Européia.

Dentre outros avanços tecnológicos, a Polícia Militar passará a dispor de dois motoplanadores e dois helicópteros, o que lhe proporcionará melhores condições operacionais e logísticas no combate ostensivo ao crime, por meio do grupamento aéreo.

Na área de Justiça e Direitos Humanos, em 2005 aplicamos R\$ 32,8 milhões na construção de cinco novas unidades do sistema penitenciário. Estão já concluídas a Unidade Disciplinar de Salvador e o Conjunto Penal de Serrinha, e em execução as unidades de Lauro de Freitas, Itabuna e Simões Filho.

Com a inauguração das duas novas unidades e com a recuperação e adaptação de outras unidades existentes, um total de 790 novas vagas foram incorporadas ao sistema carcerário baiano em 2005, criando melhores condições de segurança e habitabilidade.

O Programa de Ressocialização de Presos prossegue, ocupando os internos com atividades educativas e laborativas. Cumpre destacar que o sistema prisional da Bahia mantém 16% da população carcerária ocupada em atividades remuneradas, contando atualmente com a parceria de 43 empresas de diversos segmentos, conscientes da importância da sua responsabilidade social.

A Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas já conta com 190 instituições parceiras, tendo atendido 2.905 beneficiários, sendo 867 em 2005. Com a aplicação deste tipo de pena, o índice de reincidência é inferior a 1%.

Com relação ao quadro de pessoal, capacitamos 529 agentes e oferecemos a outros 50 servidores curso de especialização em Gestão Penitenciária.

Igualmente importantes têm sido as ações na esfera dos direitos humanos e da cidadania, onde destacamos a elaboração do Plano Estadual de Política para as Mulheres, a realização da Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o atendimento do Programa de Proteção a Testemunhas, que ofereceu proteção a 114 vítimas e testemunhas, relacionadas ao narcotráfico e homicídios, e do Centro de Atendimento às Vítimas de Violência que prestou 8.722 atendimentos.

Na área da assistência social, em parceria com o Governo Federal, municípios e instituições não-governamentais, atendemos, em 2005, a mais de 200 mil crianças e adolescentes, através de ações socioeducativas, culturais e profissionalizantes e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti.

O Peti, em 2005, incorporou 4.400 crianças, passando a atender 133 municípios, através da bolsa Criança Cidadã. Mantivemos, na Bahia, a atitude pioneira de assegurar a

jornada ampliada do programa, assumindo com recursos do Estado a contratação e a capacitação dos monitores responsáveis pela condução das atividades no turno oposto ao período escolar.

Concluímos o processo de implantação das unidades de medidas socioeducativas na região da Mata Atlântica. Estão em pleno funcionamento as unidades de Canavieiras, Ilhéus e Itabuna, possibilitando o acolhimento de todos os adolescentes encaminhados pela Justiça da Infância e da Juventude.

Estas unidades, juntamente com as de Feira de Santana e Simões Filho, estão contribuindo para a redução do fluxo de adolescentes encaminhados para as unidades de Salvador.

Senhores Deputados,

Os nossos compromissos com a promoção do desenvolvimento e a busca de maior eqüidade social justificam a atenção que dispensamos à incorporação de grupos populacionais menos favorecidos à dinâmica produtiva. As ações de inclusão social e de combate à pobreza estrutural, ao tempo em que favorecem a geração de emprego e renda, vêm propiciando o fortalecimento do mercado local, a distribuição regional do crescimento, o surgimento de novos arranjos produtivos, o incremento da produtividade e a modernização produtiva.

Buscamos, com determinação, implementar políticas integradas de inclusão social e de combate à pobreza estrutural, que vêm sendo executadas nos meios rural e urbano, em parceria com organismos internacionais e nacionais, além de municípios, empresas e sociedade civil.

Em todas as regiões, um expressivo contingente de baianos tem a oportunidade de engajar-se em atividades de micro, pequeno e médio portes e de benefícios que contemplam o acesso a terra, crédito, assistência técnica, capacitação profissional e difusão tecnológica, dentre outros aportes, que lhes asseguram o incremento da renda e melhorias na qualidade de vida.

Os efeitos positivos dessa ação inclusiva se fazem notar, principalmente, na agropecuária, agroindústria, comércio e serviços, dinamizando atividades como a caprinocultura, avicultura, piscicultura, apicultura, floricultura e citricultura, além do artesanato e pequenos negócios, desenvolvidos em esquema de produção familiar, associativa ou comunitária.

É extremamente positivo o balanço das ações de combate à pobreza rural que estamos realizando através de programas como o Produzir e o Pró-Gavião, que no exercício passado tiveram a continuidade assegurada com a aprovação de novos financiamentos.

Em 2005, o Produzir beneficiou 146 mil famílias com investimentos de R\$ 35,2 milhões, aplicados em 1.662 projetos comunitários. A nova etapa do programa investirá US\$ 75 milhões em 2,5 mil projetos, que beneficiarão mais de 200 mil famílias rurais de 407 municípios baianos.

Pela terceira vez consecutiva, o Banco Mundial escolheu a Bahia para demonstração das práticas bem-sucedidas na gestão de programas de combate à pobreza, apresentando a executivos internacionais os projetos comunitários desenvolvidos em Barra do Choça e Conceição do Coité.

Já o Pró-Gavião atendeu a 17,1 mil famílias rurais, moradoras de 210 comunidades de 13 municípios das margens do Rio Gavião. A primeira etapa do programa, concluída em 2005, envolveu US\$ 38,6 milhões, conveniados entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – Fida. A continuidade das ações já está assegurada, com a destinação, através do Prodecar, de mais US\$ 60 milhões, metade em contrapartida estadual.

O Projeto de Crédito Fundiário investiu R\$ 13,2 milhões na aquisição de 23 áreas, no aporte de infra-estrutura produtiva e social em assentamentos rurais e na assistência técnica aos produtores. Ao todo, 759 famílias de trabalhadores rurais foram beneficiadas.

Experiência modelar de inclusão social, o programa Cabra Forte completou três anos assistindo mais de 34 mil pequenos produtores, proprietários ou posseiros de imóveis com até 100 hectares. Com o ingresso de mais 32 municípios, no final de 2005, o programa se faz presente hoje em 50 municípios do Semi-Árido, envolvendo os pólos de Remanso,

Jaguarari, Conceição do Coité, Paulo Afonso, Juazeiro e Monte Santo. O Cabra Forte viabilizou, até aqui, a construção de mais de 7 mil cisternas, 301 sistemas de abastecimento de água e 31 pequenas barragens. Os primeiros resultados do Cabra Forte já são percebidos com a redução de 50% do índice de mortalidade do rebanho.

Na região de Irecê, com o Programa de Revitalização da Agricultura Familiar – Terra Fértil, beneficiamos 25 associações e 6.750 famílias de 20 municípios, providas com reforço à infra-estrutura hídrica, eletrificação, capacitação dos produtores e organização da produção.

As ações de apoio à agricultura familiar, que responde pela sobrevivência de contingente expressivo de baianos do meio rural, em 2005, demandaram R\$ 195,3 milhões, aplicados na oferta de pesquisa, assistência técnica e extensão rural. Foram atendidos 8.200 agricultores com projetos de crédito rural no valor de R\$ 75,3 milhões, para as modalidades de custeio e investimento nas diversas linhas de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf.

Voltado para o fortalecimento da economia familiar, o programa Família Produtiva apóia 22 mil famílias, em 250 municípios, disponibilizando assistência técnica e financeira para a adequação legal e mercadológica de empreendimentos, além da capacitação em gestão, produção e comercialização de produtos da agroindústria, avicultura, horticultura, apicultura e artesanato.

O programa Viver Melhor Rural beneficiou 5.733 famílias com sistemas de abastecimento de água, alfabetização de jovens e adultos, geração de emprego e renda, capacitação de multiplicadores, além de educação ambiental. As melhorias habitacionais e sanitárias contemplaram 2.265 unidades em 20 municípios.

Poderia estender-me aqui na descrição de outros tantos programas de inclusão social, a exemplo do Programa de Revitalização da Cultura do Algodão, Flores da Bahia, Pater Bahia, Bahia Citros, Boapesca, Produção e Comercialização Artesanal, Comunidade Empreendedora, além dos projetos lançados em 2005, como Nossa Raiz e Nossa Fibra.

Gostaria de destacar, também, o Programa de Microcrédito do Estado da Bahia – Credibahia, que tem contribuído grandemente para a estratégia de inclusão social. Em 2005, com a inauguração de mais 44 agências, o atendimento se ampliou para 78 agências em 75 municípios. Foram financiados 4.400 contratos de micro e pequenos negócios, 89% informais e 58% geridos por mulheres. As operações totalizaram R\$ 5,2 milhões, com valor médio de R\$ 1,1 mil por financiamento.

Em Salvador, as ações inclusivas priorizaram as populações periféricas e comunidades urbanas em situação de risco social.

Na periferia, entre os bairros de Coutos e Valéria, instalamos o Loteamento Moradas da Lagoa, um empreendimento inovador que vai permitir que indústrias não-poluentes, com grande utilização de mão-de-obra, estejam localizadas próximas a conjuntos habitacionais, evitando utilização de transporte urbano e permitindo uma maior convivência e dedicação à vida familiar.

O Programa ocupa uma área total de 92.084,84 m² e consiste na criação de infra-estrutura local para moradia, negócios e atração de indústrias, além de promover a qualificação da mão-de-obra local, visando à sua absorção pelos empreendimentos que se instalarem. As obras já se encontram em fase de execução e mais de dois mil novos postos de trabalho estão sendo gerados com a construção de galpões no condomínio empresarial Moradas da Lagoa. As diversas ações integradas beneficiaram 250 famílias e 480 crianças, adolescentes e adultos que moravam nas ruas ou em áreas de risco.

Na área do Nordeste de Amaralina e adjacências, onde se mostrava preocupante a tendência de crescimento da violência, o Governo, em parceria com o município e a comunidade, já colhe resultados animadores da ação iniciada em 2004. Investindo na capacitação profissional, inserção de jovens no mercado de trabalho e incentivo a pequenos negócios, o Viva Nordeste está reduzindo a violência e aumentando a auto-estima e os vínculos comunitários da população.

Senhores Deputados,

Para assegurar as condições necessárias para o crescimento do PIB e firmar o Estado no cenário nacional e internacional, o Governo da Bahia buscou promover políticas de descentralização espacial, adensamento das principais cadeias produtivas e de fortalecimento de setores produtivos representativos para a dinâmica da economia.

Em 2005 foram implantadas na Bahia 34 empresas dos mais diversos segmentos industriais, representando um investimento de R\$ 3 bilhões e a geração de 8.317 empregos. Destaca-se, nesse conjunto, o segmento de papel e celulose, com a inauguração da Veracel, cujo investimento de R\$ 2,7 bilhões foi responsável pela geração de 2.200 empregos. O setor calçadista também sobressaiu-se, pela geração de 1.230 novos postos de trabalho.

O mais importante é que o desempenho da indústria baiana deverá ampliar-se nos próximos anos, uma vez que outros 94 novos empreendimentos, nos mais diversos ramos, estão sendo implantados no território baiano, somando investimentos da ordem de R\$ 7,5 bilhões, com previsão de geração de mais de 15 mil empregos diretos. Destaca-se, entre estes, a implantação dos empreendimentos da Continental e da Bridgestone Firestone do Brasil.

Contemplada com prioridade na agenda de desenvolvimento do Governo, a agropecuária baiana movimentou, em 2005, R\$ 16,3 bilhões. As lavouras contribuíram com 71,6% do valor bruto da produção agropecuária, destacando-se os grãos e as frutas como principais produtos.

Com 5,6 milhões de toneladas, a safra baiana de grãos cresceu 6,1%, comparativamente a 2004. Se retroagirmos ao ano 2002, veremos que o incremento da produção no período foi de 86,7%. O total da área plantada com grãos já ocupa 2,9 milhões de hectares, com rendimento médio de 1.956 kg por hectare.

Terceiro exportador de frutas frescas *in natura* e sucos do país, a Bahia exportou, no ano passado, 104,8 mil toneladas para os mercados americano, europeu e, recentemente,

para o não menos exigente mercado japonês. A receita obtida nessas operações totalizou US\$ 103,6 milhões (preço FOB). Atualmente a fruticultura baiana ocupa 293,9 mil hectares, dos quais 106 mil irrigados, e produz 3,7 milhões de toneladas de frutas.

Também o café apresentou excelente performance em 2005, como resultado da recuperação e ampliação dos pólos cafeeiros, além do incentivo ao estabelecimento de novas fronteiras, uma ação integrada de empresários e do Governo. Com a safra 2005/06, estimada em 2,1 milhões de sacas, a perspectiva é de que o Estado venha a ocupar a quarta posição, superando o Paraná.

A safra 2005/06 do cacau, estimada em 142 mil toneladas, com provável crescimento de 4,4% em relação à anterior, confirma a tendência de recuperação e de alcance da meta de 340 mil toneladas a partir de 2013.

Quanto à bovinocultura, a Bahia assegurou a resistência do rebanho estadual frente a uma possível incidência do vírus de febre aftosa. O Governo intensificou o controle das fronteiras, de forma a impedir a entrada de animais de áreas classificadas como de risco, e realizou a segunda etapa da campanha de vacinação, que alcançou a boa cobertura de 95,5% do rebanho – bem acima dos 80% preconizados pelos organismos internacionais. Estima-se que a Bahia já ultrapassa a marca de 10,5 milhões de cabeças, a maior parte animais de corte.

Fator decisivo para o aproveitamento de importantes extensões do território baiano, a irrigação continuou a se expandir no ano de 2005. O Governo empenhou-se em consolidar o Projeto de Irrigação Ponto Novo, e investidores privados de diversos segmentos também realizaram aportes. Atualmente, a fruticultura responde por 31% da área irrigada do Estado, seguida pela produção de grãos, com 23%, e da cana-de-açúcar, com 15%.

O turismo continua a crescer na Bahia. Em 2005, gerou uma receita de US\$ 1,2 bilhão com o acolhimento de visitantes estimado em 5,2 milhões, o que representa um crescimento de 6,3% do fluxo, em relação a 2004, quando acolhemos 4,9 milhões de visitantes, consolidando a Bahia como terceiro destino mais procurado do Brasil para lazer, eventos e negócios.

Um indicativo do invejável ritmo de crescimento do turismo baiano pode ser aferido pela evolução da movimentação de passageiros em vôos domésticos e internacionais, que elevou-se de 3,4 milhões, em 2003, para 4,9 milhões de passageiros em 2005, representando um incremento de 44,1%. Também relevante foi o aumento do número de turistas estrangeiros, cujo fluxo no verão de 2005 foi de 188 mil, representando o dobro do verificado em 2003.

Para assegurar a continuidade da expansão turística, o Governo prosseguiu investindo em obras de infra-estrutura em diversos pólos, criando oportunidades em novas áreas para investimentos privados e implementando estratégias promocionais. Ressalto também os Programas Bahia Qualitur e Fidelidade Bahia, realizados em parceria com a iniciativa privada.

Atualmente, certificamos 145 empresas e 4.166 profissionais pelo Bahia Qualitur, nos segmentos de agências operadoras, meios de hospedagem, bares, restaurantes e meios de transporte. Já o Fidelidade Bahia conta com 11.080 associados, que recebem uma série de benefícios como vantagens e contagem de pontos para descontos em 110 estabelecimentos comerciais.

Com a finalização do Prodetur I, completa-se uma etapa que promoveu a melhoria da qualidade de vida da população de 12 municípios turísticos e entorno, envolvendo US\$ 250 milhões, sendo US\$ 110 milhões de contrapartida estadual, garantindo durante 11 anos investimentos em ações de implantação e melhoria de infra-estrutura básica (aeroportos, rodovias, saneamento, urbanização e atracadouros), além de ações de preservação ambiental e cultural. Em 2005, o destaque foi a continuidade das obras do sistema de esgotamento sanitário de Itacaré, com previsão de conclusão ainda em 2006.

A continuidade dos investimentos em infra-estrutura turística foi assegurada com o início da execução do Prodetur II que, além das obras básicas, passará a contemplar a capacitação profissional e empresarial. Entre as principais obras devem ser destacadas a recuperação da Orla Marítima de Salvador, a construção do prédio onde será abrigado o Museu Rodin, a reestruturação do Forte Santo Antônio Além do Carmo, a implantação da rodovia Itacaré–Camamu e a urbanização das orlas de Imbassaí, Guaimbim e Morro de São Paulo.

É importante destacar a participação da iniciativa privada em obras já executadas e fortemente concentradas na implantação e expansão da rede hoteleira baiana. Em 2005, esses investimentos totalizaram US\$ 470 milhões, considerando as obras concluídas e em execução e os projetos previstos para implantação em 2006, concentrados nos hotéis-resorts da Costa dos Coqueiros.

Um dos grandes atrativos do turismo, a cultura baiana tem sido objeto de atenção crescente na política de investimentos do nosso Governo. As destinações para a cultura na Bahia conformam um dos maiores orçamentos públicos do setor no país, contribuindo para imprimir uma nova dinâmica ao processo de geração de imagem, trabalho, emprego e renda nessa área.

Criamos o Fundo de Cultura da Bahia para incentivo e estímulo à produção artístico-cultural, que em 2005 absorveu R\$ 15 milhões com recursos de arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

Na administração do rico patrimônio histórico e cultural dos baianos, quero destacar a conclusão da recuperação do Museu de Arte da Bahia e o início das obras de construção dos centros de cultura de Itabuna e Feira de Santana, juntos estes centros somam investimentos da ordem de R\$ 25,6 milhões, bem como a conclusão do centro cultural de Guanambi.

Fator de importância crescente para o desenvolvimento, os investimentos em ciência e tecnologia atingiram, em 2005, a cifra de R\$ 196,8 milhões, valor 19% superior ao de 2002. Foram destaques, nessa área, o programa de Inclusão Digital, que implantou no ano passado, em parceria com Prefeituras e ONGs, 120 infocentros, onde os baianos já puderam realizar 1,4 milhão de acessos e o acordo de empréstimo de US\$ 16,7 milhões, a ser firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para incrementar dez arranjos produtivos locais. Em 2005, avançamos também na concepção do projeto e na articulação de parcerias político-institucionais para a implantação do Parque Tecnológico da Bahia em 2006.

Quero completar esse relato do desempenho da economia baiana afirmando que, na Bahia, as atividades produtivas de qualquer setor e o próprio projeto de crescimento devem, necessariamente se ajustar à agenda ambiental do Governo. A visão de uma Bahia ambientalmente limpa se constitui um marco importante do nosso Governo. A melhoria da qualidade de vida da população não pode estar dissociada do desenvolvimento ecologicamente sustentável e, por isso, os processos decisórios necessariamente incorporam a dimensão ambiental.

Em 2005, demos continuidade aos investimentos em ações de recuperação, promoção e preservação, assim como à fiscalização, monitoramento, controle e punição de práticas degradantes. Criamos uma nova estação ecológica, na bacia do Rio Preto, e estamos elaborando propostas de Zoneamento Ecológico-Econômico para o Litoral Norte, Extremo Sul e Oeste, além do plano de manejo para o Parque Estadual Serra do Conduru.

Senhores Deputados,

Todos temos consciência, neste momento, de que a infra-estrutura é fator estratégico para o desenvolvimento do Estado. Por essa razão, destinamos em 2005 o montante de R\$ 130,1 milhões para a construção, recuperação e manutenção de rodovias em todas as regiões, tanto em grandes eixos de ligação, quanto em acessos municipais, envolvendo 2.831 quilômetros. Os recursos aplicados são provenientes, em sua maior parte, do Tesouro Estadual, originando-se o restante da Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico – Cide, tributo federal cobrado na venda de combustíveis.

Na Chapada Diamantina, estão sendo concluídas as obras na BA 142, nos trechos Andaraí–Mucugê (54 quilômetros) e Barra da Estiva–Ituaçu–Tanhaçu (25 quilômetros). Foi concluído o acesso a Rio do Pires e está em conclusão o acesso a Lajedinho.

Na região do Paraguaçu, o maior destaque é a reconstrução da Estrada do Feijão entre Ipirá–Baixa Grande–Mundo Novo, em pleno andamento, bem como a reconstrução da

estrada Itaberaba–Ipirá, que tem sido sacrificada em virtude do péssimo estado das estradas federais da região. Foi inteiramente reconstruída a estrada BR 324 Conceição do Jacuípe–Coração de Maria–Irará–Água Fria.

No Recôncavo, a BA 026 está sendo recuperada em dois pontos: da localidade de São Roque do Paraguaçu a Maragogipe e de Santo Antônio de Jesus a Amargosa, áreas de atividade pecuária. Já no início de 2006, foi iniciada a construção da estrada Amargosa–Milagres, importante ligação entre a BR 101 e a BR 116.

No Piemonte da Chapada Diamantina, estão sendo concluídos 21 quilômetros nos trechos da BA 419, que liga Mirangaba à BA 368, e da BA 381, entre Itiúba e Filadélfia, ambas também utilizadas para o escoamento da pecuária.

No Médio e Baixo Médio São Francisco estão sendo recuperados 171 quilômetros usados no escoamento da produção de grãos, frutas e pecuária, contemplando os trechos: Casa Nova-Lagedo e Casa Nova–divisa Bahia–Pernambuco, na BR 235, Juazeiro–Sobradinho, o acesso a Curaçá (BA 210). Entretanto, a mais importante obra é a restauração da BR 430, entre Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana e Igaporã, importante via de escoamento da produção de grãos do Oeste para os portos baianos.

No Litoral Norte, o Governo recupera a BA 093, na ligação entre Mata de São João e Pojuca, uma das principais vias para a indústria petroquímica e para a comercialização de madeira.

No Nordeste do Estado, na região do sisal, já foram concluídos os trechos de 30 quilômetros entre Riachão do Jacuípe e Conceição do Coité, na BA 120, e Euclides da Cunha–Monte Santo, com 36,5 quilômetros, na BA 220. Outros 30 quilômetros estão em obras na BA 409, no trecho que liga Serrinha a Conceição do Coité.

No Litoral Sul, serão relevantes para o escoamento da produção cacaueira as obras de construção da estrada Jequié–Apuarema–Itamari–Gandu e Ipiaú–Ibirataia, com extensão de 76 quilômetros.

Na região Sudoeste estamos reconstruindo importante estrada entre Potiraguá e a BR 101, recuperando o trecho Itapetinga–Macarani, BR 116–Inhobim, já tendo sido concluída a ligação Jaguaquara e Itaquara. Agora, no início de 2006, iniciamos a construção de uma das mais importantes estradas baianas, partindo de Sussuarana e Brumado, passando por Contendas do Sincorá e Maracás, que vai se interligar com trecho já construído entre Maracás–Planaltino e Nova Itarana, cuja ligação com a BR 116 já está também em construção. Essa estrada reduzirá em mais de 100 km as distâncias entre o Sudoeste da Bahia e a Região Metropolitana de Salvador.

Finalmente, na região Oeste, 240 quilômetros estão em recuperação no trecho que vai de Correntina até Santa Maria da Vitória, entre as BRs 349 e 020 e depois até a fronteira com Goiás, no município de Posse. Por essa estrada é escoada a safra de grãos da região.

Ainda no que diz respeito à infra-estrutura, no exercício de 2005 fizemos um aporte substancial na expansão e modernização da malha energética, aplicando R\$ 370,7 milhões em obras de transmissão, distribuição e conservação de energia elétrica, além de fontes alternativas de geração. Asseguramos, dessa forma, o acesso de 60.131 domicílios à rede de energia elétrica, além da construção de 312 km de linhas de transmissão, dentre outros benefícios.

Nos centros urbanos de diversos municípios, foram concluídas 90 obras na rede de distribuição, que permitiram o acesso de 2.996 domicílios, beneficiando 15 mil habitantes. Outras 25 obras se encontram em andamento e atenderão a 679 consumidores residenciais, numa rede de distribuição de 60 quilômetros. Na área rural, no âmbito do programa social Luz para Todos, em parceria com o Governo Federal, foram concluídas 2.398 obras, possibilitando a ligação de 56.908 domicílios, em 378 municípios, sendo que 2.963 domicílios com energia solar. O Programa Terra Fértil permitiu, ainda, através da conclusão de 91 obras, a ligação de 227 domicílios à rede de energia elétrica.

Merece referência ainda, pelo enorme ganho social agregado, o convênio firmado entre o Governo do Estado e a Coelba, que prevê a doação de 25 mil lâmpadas eficientes e o sorteio de mil geladeiras de baixo consumo de energia entre os beneficiados, permitindo

uma redução de 61% na conta de energia de cada família contemplada. Serão beneficiadas mais de oito mil famílias em 12 áreas de Salvador onde estão implantados projetos do Programa Viver Melhor.

Não poderia deixar de abordar a restrição da oferta de gás, pela Petrobras, para o nosso Estado, prejudicando de forma significativa a nossa economia. A demanda reprimida gerada por essa decisão restritiva foi de 900 mil m³/dia para o segmento industrial. Essa situação será regularizada agora em 2006, quando será disponibilizada para o mercado a produção do Campo de Manati, na Baía de Camamu, dobrando as disponibilidades de gás natural na Bahia.

Senhores Deputados,

Os nossos compromissos com a transformação da realidade do Estado exigiram a implementação de um modelo de gestão eficiente e participativo, capaz de conferir efetividade às políticas públicas, qualificar os serviços e compatibilizar as respostas governamentais com as demandas sociais e o imperativo de melhoria da qualidade de vida dos baianos.

Com efeito, a gestão governamental experimenta atualmente um processo de modernização, que abrange desde o planejamento até a execução e avaliação da sua atuação, envolvendo a estrutura e a cultura da máquina administrativa.

Trata-se de um desafio memorável que, a despeito de todas as restrições de ordem financeira, vem imprimindo novos contornos à gestão, dotando-a dos atributos indispensáveis da eficácia, transparência, economia e agilidade. Nossa projeto acolhe e estimula a participação crítica, viva e cidadã nas decisões de governo e uma mudança substancial no perfil qualitativo dos serviços.

A qualidade dos nossos serviços tem posicionado a Bahia como referência internacional. O Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC consolidou-se como modelo de atendimento, já replicado em 20 outros Estados e dois países. Gratifica-nos, principalmente,

o reconhecimento da população baiana, que em 2005 lhe conferiu o extraordinário índice de 93,9% de aprovação.

Ao completar dez anos de existência, no ano passado, o SAC introduziu novos paradigmas, flexibilizando e ampliando a sua atuação, de forma a possibilitar a sua expansão geográfica e a abrangência de segmentos específicos, como a inauguração do SAC de Senhor do Bonfim e a infra-estrutura para a implantação dos Pontos SAC.

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 9433/05), trouxe avanços importantes para a gestão. Primeiro Estado brasileiro a ter legislação específica, a Bahia, mais uma vez, renovou os processos de compras governamentais, ao ajustar a legislação, com o fim de desburocratizar o procedimento licitatório. A modalidade de licitação Pregão, que possibilita que os fornecedores realizem lances presenciais ou via Internet de preços para uma oferta de bens e serviços públicos, em 2005, resultou em uma economia de R\$ 108 milhões em relação ao valor referencial.

A área de planejamento inovou, em 2005, ao estimular a gestão pública municipal responsável, através do Selo de Incentivo Municipal da Bahia – SIM. Ao todo, 187 municípios baianos foram certificados, por terem melhorado os indicadores municipais nas áreas de saúde, educação e renda.

Também lançamos, em 2005, uma iniciativa pioneira, com o objetivo de tornar mais transparente e comprehensível a peça orçamentária. O projeto Orçamento Cidadão recebeu 12.354 pleitos e prioridades populares para o orçamento de 2006, dos quais 3.673 foram acatados. De modo que, dos R\$ 3,5 bilhões previstos para investimentos, R\$ 1,4 bilhão, ou 40%, contemplam demandas apresentadas diretamente pelos cidadãos baianos.

Cabe ainda mencionar que criamos, em 2005, uma nova sistemática de monitoramento e avaliação das ações governamentais. O programa Cabra Forte foi utilizado como piloto da experiência, que resultou na elaboração de um Modelo Lógico de Gestão de Programa, a ser adotado por todos os órgãos estaduais.

Mensagem do Governador

Com relação aos servidores, perseveramos naquele objetivo de constituir um corpo funcional de excelência, dotado de competências e habilidades pessoais para responder aos desafios da modernização dos serviços públicos. Quero informar que, numa iniciativa inovadora na administração pública brasileira, a Bahia está criando a Universidade Corporativa do Serviço Público, que transformará cada unidade setorial num ambiente de ensino, pesquisa e extensão.

Também em 2005 concluímos o projeto de gestão de carreiras, para adequação dos cargos e carreiras às novas funções do Estado. Realizamos ainda a quarta edição do Prêmio Servidor Cidadão, para incentivar a prática do voluntariado entre os servidores e, através do programa de habitação, firmado com a Caixa Econômica Federal, viabilizamos a comercialização de 793 unidades habitacionais na capital e interior para os servidores.

Senhores Deputados,

Valho-me desta ocasião para tratar com Vossas Excelências de temas nacionais que são de crucial importância para o nosso Estado e objeto da nossa preocupação enquanto chefe do Executivo.

Cumpre esclarecer que a nossa relação com o Governo Federal se pauta pelo respeito e afirmação dos interesses públicos. Em vista de tais considerações, julgo do meu dever pronunciar-me, com a firmeza que a gravidade da situação requer, em defesa do desenvolvimento equilibrado e auto-sustentável dos Estados e dos municípios brasileiros.

Inicialmente, volto a alertar sobre a notória crise suscitada pela questão fiscal, em que os Estados são os mais penalizados. Agravam-se os efeitos causados pela redução das transferências governamentais da União, pelo crescimento exorbitante das receitas não-compartilhadas, em relação àquelas compartilhadas, além dos encargos referentes à dívida com a União.

Recordo aqui que toda a carga fiscal nova do país nos anos recentes não é compartilhada com os Estados, já que as novas contribuições não incorporam os mecanismos da

distribuição federativa. Observamos, assim, o crescimento da arrecadação federal, em contraste com a redução proporcional das transferências aos Estados, o que impacta diretamente no nível dos investimentos e, em última análise, na evolução da qualidade de vida da população.

É ilustrativo dessa situação o que ocorre no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef. É de conhecimento público que o Governo Federal não vem reajustando, como determina a legislação, o valor fixado para cada aluno, individualmente. No caso da Bahia, as perdas relacionadas à não-atualização do custo/aluno, em 2005, atingiram o montante de R\$ 800 milhões.

Recentemente, novos fatos vieram ampliar a gravidade desse cenário, relacionados às políticas de investimentos federais. A Bahia, senhores Deputados, está entre os Estados que menos investimentos federais têm recebido nos últimos anos. Quero registrar, neste momento, a minha inconformidade com a exclusão da Bahia das grandes obras nacionais de infra-estrutura.

Como exemplo, surpreende-nos o anúncio da construção da ferrovia Nova Transnordestina, um projeto de R\$ 4,5 bilhões, a ser implantado nos Estados do Piauí, Pernambuco e Ceará, sob a justificativa de que servirá para o escoamento da produção de soja do Nordeste. Ora, sabemos que 69,7% dessa produção tem origem na Bahia, o que recomendaria a adoção de um traçado técnica e economicamente mais indicado para uma ferrovia leste-oeste, no território baiano, região já penalizada pelo abandono das BRs 242 e 030.

Causa-nos estranheza, igualmente, o anúncio do projeto de duplicação da BR 101, que contemplou os trechos entre o Rio Grande do Norte e Sergipe, ao Norte, e entre o Espírito Santo e Rio de Janeiro, ao Sul, relegando inteiramente o trecho de intenso fluxo localizado na Bahia, que além da importância enquanto ligação Norte-Sul do país, tem papel estratégico para segmentos produtivos diversos, aí incluídos a celulose e a lavoura cacauícola, além do turismo.

Registre-se, ainda, o atraso de quase três anos na realização da licitação para a construção do gasoduto do Nordeste, fundamental para o suprimento de gás no nosso Estado, além dos prejuízos que a indústria baiana vem sofrendo, advindos da política de distribuição de gás da Petrobras.

Acrescento, a esses, um projeto federal que tem mobilizado a opinião pública nordestina, o da transposição das águas do rio São Francisco. Tenho afirmado, reiteradas vezes, a minha visão quanto a essa questão. Não me oponho, absolutamente, à sua utilização para o abastecimento de água da população do Semi-Árido. Parece-me inconcebível, entretanto, a sua utilização em longínquos projetos de irrigação – até mesmo pelo alto custo.

É preciso que se avalie com maior profundidade essa proposta, não apenas do ponto de vista da sua viabilidade técnica, ambiental e econômica, como também sob o prisma do interesse federativo. Parece-nos de maior urgência e conveniência o aproveitamento das águas do São Francisco para as populações ribeirinhas e a aplicação dos recursos em projetos de irrigação, como os do Salitre e do Baixio de Irecê, em nosso Estado, que se encontram paralisados e que poderiam oferecer retornos seguros e mais imediatos.

Senhores Deputados,

São sérias e desafiantes as questões com que nos deparamos na condução dos destinos do nosso Estado.

Estou convencido, entretanto, de que o saldo das ações empreendidas nesses três anos configura avanços substanciais em todos os setores, com efeitos impactantes e duradouros. Por essa razão é que afirmo a esta soberana Casa que estamos, sim, construindo um novo patamar de desenvolvimento na Bahia, e que muito do que projetamos para o futuro já é realidade no Estado.

No momento em que concluo esta prestação de contas, quero externar o meu agradecimento à sociedade baiana, através de suas representações mais legítimas.

Agradeço especialmente a esta Assembléia, na pessoa de seu presidente, Deputado Clóvis Ferraz, credor de elogios pela gestão que vem realizando, assim como aos seus demais membros, no exercício dos nobres encargos da função parlamentar.

Esta Magna Casa, de composição plural e multipartidária, ambiente privilegiado para o debate criterioso, sensível e profundo das causas da Bahia, tem, de fato, estabelecido com o Executivo uma relação de respeito mútuo, submissão à ética e conjugação de esforços pelo bem comum, que resultaram em profícuos benefícios para o desenvolvimento do Estado.

Manifesto igualmente, nesta ocasião, o meu reconhecimento aos dignos representantes da Bahia no Senado, os Senadores Antonio Carlos Magalhães, César Borges e Rodolpho Tourinho, assim como aos representantes baianos na Câmara dos Deputados, que mais uma vez, no ano de 2005, deram testemunho da sua fidelidade aos interesses superiores da Bahia.

Cumprimento o Prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro, e os prefeitos dos municípios do interior, registrando aqui a interação positiva que presidiu as relações do Executivo com as municipalidades, em prol das causas coletivas.

Tributo homenagens, também, ao Poder Judiciário, na pessoa do seu Ex-presidente, Desembargador Gilberto Caribé e do seu atual presidente, Desembargador Benito Figueiredo, à frente dos serviços jurisdicionais no Estado, ao Procurador Geral de Justiça, Achiles de Jesus Siquara Filho, pela sua atuação à frente do Ministério Público, e ainda ao Ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Manoel Castro e do seu atual presidente, Conselheiro Antônio Honorato de Castro Neto.

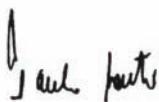
Estendo meus agradecimentos aos representantes de órgãos federais e autoridades militares sediadas no Estado, assim como às autoridades eclesiásticas, com uma reverência especial ao arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, D. Geraldo Majella Agnello, cuja conduta exemplar, pautada pela sensibilidade e discernimento cristãos, tem sido de inestimável valor para a Bahia.

Mensagem do Governador

Finalmente, peço a Deus que me ilumine e me dê forças para continuar correspondendo às expectativas do povo baiano, que me delegou, pela vontade manifesta nas urnas, a missão de governar o Estado. Se temos disposição para enfrentar esse gigantesco desafio é porque confiamos na potencialidade da Bahia e dos baianos. Juntos, estamos construindo um presente e um futuro melhor, para todos nós e nossos filhos.

Unamos nossos esforços para consolidar esse novo tempo.

Muito obrigado.



Paulo Souto
Governador da Bahia